



***GÊNERO E EDUCAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU: MARCAS DO
COLONIALISMO***

***GENDER AND EDUCATION IN GUINEA-BISSAU: MARCAS DEL
COLONIALISMO***

***GÉNERO Y EDUCACIÓN EN GUINEA-BISSAU: TRACES OF
COLONIALISM***

Marcelo da Silva¹

Francini Scheid Martins²

RESUMO

Apresentamos, neste artigo, uma análise sobre a relação entre gênero e educação na Guiné-Bissau, enfatizando como o colonialismo e a islamização influenciam as dinâmicas sociais e de poder, introduzindo e reforçando estruturas patriarcais. Esses sistemas romperam com as características tradicionais africanas que, historicamente, antes da chegada dos colonizadores, mantinham relações de gênero mais equilibradas. Com a imposição colonial e a expansão do islamismo, as dinâmicas de organização social, cultural, econômica dos diferentes grupos étnicos foram gradualmente alteradas, resultando no aprofundamento da marginalização das mulheres, limitando sua atuação na esfera pública, bem como silenciando suas oportunidades de liderança e autonomia. Concluímos que o processo de resistência implementado por Amílcar Cabral - quando líder do Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC) -, baseado na reafirmação a partir da educação, aponta possibilidades filosóficas e práticas para o resgate de relações de gênero tradicionais africanas, rompendo com o modelo colonial-patriarcal.

PALAVRAS-CHAVE: Guiné-Bissau. Colonialismo e Islamismo. Gênero. Educação.

¹ Doutor em Educação Científica e Tecnológica pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor no Instituto Federal Catarinense, Camboriú, Santa Catarina, Brasil.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora na Faculdade Municipal de Palhoça, Palhoça, Santa Catarina, Brasil.

RESUMEN

En este artículo, presentamos un análisis de la relación entre género y educación en Guinea-Bissau, enfatizando cómo el colonialismo y la islamización influyen en las dinámicas sociales y de poder, introduciendo y reforzando estructuras patriarcales. Estos sistemas rompieron con las características tradicionales africanas que, históricamente, antes de la llegada de los colonizadores, mantenían relaciones de género más equilibradas. Con la imposición colonial y la expansión del Islam, las dinámicas de organización social, cultural y económica de los diferentes grupos étnicos se fueron alterando paulatinamente, lo que resultó en una marginación cada vez más profunda de las mujeres, limitando su desempeño en la esfera pública, así como silenciando sus oportunidades de participación. Liderazgo y autonomía. Concluimos que el proceso de resistencia implementado por Amílcar Cabral, cuando líder del Partido Africano para la Independencia de Guinea-Bissau y Cabo Verde (PAIGC), basado en la reafricanización a través de la educación, señala posibilidades filosóficas y prácticas para el rescate del género. relaciones tradicionales africanas, rompiendo con el modelo colonial-patriarcal.

PALABRAS-CLAVE: África. Guinea-Bissáu. Género. Educación.

ABSTRACT

In this article, we present an analysis of the relationship between gender and education in Guinea-Bissau, emphasizing how colonialism and Islamization influence social and power dynamics, introducing and reinforcing patriarchal structures. These systems broke with traditional African characteristics that, historically, before the arrival of colonizers, maintained more balanced gender relations. With the colonial imposition and the expansion of Islam, the dynamics of social, cultural and economic organization of different ethnic groups were gradually altered, resulting in the deepening marginalization of women, limiting their performance in the public sphere, as well as silencing their opportunities for leadership and autonomy. We conclude that the resistance process implemented by Amílcar Cabral, when leader of the African Party for the Independence of Guinea-Bissau and Cape Verde (PAIGC), based on re-Africanization through education, points out philosophical and practical possibilities for the rescue of gender relations traditional African traditions, breaking with the colonial-patriarchal model.

KEYWORDS: Africa. Guinea-Bissau. Gender. Education.

* * *

*A mulher não precisa de favores de ninguém.
Apenas precisa de justiça e, na base da justiça,
pode conquistar tudo aquilo a que tem direito.*

Amílcar Lopes Cabral

Introdução

A produção deste artigo parte da necessidade de compreender as relações sociais de gênero e, conseqüentemente, socioeducacionais, tecidas durante o período pré-colonial, colonial, de revolução e pós-colonial na Guiné-Bissau. Neste sentido, temos como objetivo analisar a relação entre gênero e educação na Guiné-Bissau, enfatizando como o colonialismo e a islamização influenciam as dinâmicas sociais e de poder, introduzindo e reforçando estruturas patriarcais. Isto porque o foco está no acesso, na permanência e na terminalidade das mulheres no ensino básico do país. A partir da contextualização das relações de gênero presentes no país, que são diversas e difusas, bem como da análise de dados oficiais sobre escolarização, apontamos a necessidade de implementação de políticas públicas que possibilitem a promoção da equidade de gênero na educação guineense, partido da realidade para o respeito à “[...] identidade social dessas mulheres, dos seus interesses e das suas preocupações” (Gomes, 2015, p. 170).

Na abordagem da temática gênero no Ocidente, temos a tendência de homogeneizar as relações homem-mulher baseadas no patriarcado³, impondo, mesmo que de forma inconsciente, um padrão universal a partir da visão eurocêntrica. Entretanto, falar das relações de gênero na África e, mais especificamente, na Guiné-Bissau, exige uma fidelidade com aquele contexto, que possui especificidades nos modos de estruturar-se social, econômica e culturalmente.

Vale destacar que

A categoria “gênero” começou por ser utilizada para indicar a construção social das diferenças e das desigualdades características das sociedades humanas, ocidentais e não só. O “gênero” foi sendo concebido como uma categoria política orientada no sentido da redefinição das relações de poder, público e privado, entre homens e mulheres, ao mesmo tempo em que se transformava numa categoria epistemológica, de pesquisa, finalizada a refundar os processos de conhecimento (Gomes, 2015, p.169).

Posicionando a discussão no *locus* tomado para análise neste artigo, é importante ressaltar que a Guiné-Bissau sofreu por 527 anos com o colonialismo português e, nesse

³ Sistema social, político e cultural baseado na dominação masculina, em que homens detêm a autoridade principal em instituições familiares, econômicas, políticas e religiosas, e as mulheres, bem como outros gêneros, ocupam posições de subordinação.

longo período de dominação, as mulheres e os homens guineenses foram classificados como seres inferiores, havendo um processo de desumanização que transformou os povos originários em escravizados e comercializados por outros territórios do mundo. Como uma estratégia de dominação, os colonizadores homogeneizaram o território e os povos africanos. Porém, a Guiné-Bissau, um dos menores países do continente africano, nos seus 36.125 km², com uma população de aproximadamente dois milhões de habitantes, abriga diversos grupos étnicos, com culturas diferentes, relações entre homens e mulheres distintas, não seguindo a lógica exoafricana de gênero⁴.

Dados do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2009) revelam que a Guiné-Bissau tem entre 30 e 40 grupos étnicos, sendo os principais grupos: Fulas (Peulhs), com 28,5% da população; Balantas, com 22,5%; Mandingas, com 14,7%. Os grupos minoritários, mas ainda em destaque, são: Papeis, 9,1%; Manjacos, 8,3%; Beafadas, 3,5%; Mancanhas, 3,1%; Bijagós, 2,15%; Felupes, 1,7%; Masoanca, 1,4%. Há outros grupos étnicos, entretanto, correspondem a 1%. E 2,2% não se identificam com nenhum dos grupos étnicos citados.

Diante do contexto apresentado, faz-se necessário aprofundar os estudos sobre questões fundamentais referentes ao gênero na África, de modo geral, e na Guiné-Bissau, de modo estrito. Dessa forma, será possível traçar esboços de análises que levem à compreensão dos elementos determinantes para as profundas desigualdades de gênero presentes no país, na atualidade, que permeiam a escolarização, deixando quase sempre as mulheres em desvantagens no que tange ao acesso, à permanência e à terminalidade no ensino básico. Desvantagens essas que se traduzem em exclusão e falta de sentimento de pertencimento no âmbito escolar.

Gênero em África

A partir dos anos oitenta do século XX, a crítica feminista começou a ser orientada no sentido de realizar a desconstrução dos estudos “pós-colônias” (Gomes, 2015). No bojo deste movimento de reorientação teórica, surgem, no cenário acadêmico-científico, novos objetos, sujeitos e realidades. Assim, o debate africano sobre temas de gênero “[...] tem vindo a questionar, sistematicamente, a aplicabilidade e a eficácia de

⁴ As questões de Gênero na África são percebidas de maneira mais ampla, associando-o a aspectos como a espiritualidade, linhagem, idade e função social, contrariamente a perspectiva das nações colonizadoras que analisam o gênero a partir das características biológicas dos sujeitos.

alguns conceitos universalmente utilizados no mundo acadêmico, fundamentalmente de matriz ocidental, para explicar as realidades históricas e socioculturais de África” (Gomes, 2015, p. 170). Nesse contexto, para falarmos da desigualdade de gênero neste continente, devemos recorrer primeiramente à visão africana sobre a temática, e para tanto, os estudos de Oyèronké Oyěwúmi (2017), Cheikh Anta Diop (1974), Amina Mama (2004), Gomes (2015) e Fatime Samb (2017), que são as lentes que contribuem para a realização da contextualização do cenário mais amplo.

As relações entre homem e mulher, nas culturas africanas, são marcadas por uma diversidade de sistemas sociais, práticas e crenças que apresentam características distintas nas diferentes regiões e comunidades. No entanto, algumas características comuns podem ser identificadas, especialmente relacionadas à estrutura familiar, nos papéis exercidos pela mulher e pelo homem e como isso estrutura as dinâmicas de poder.

A diversidade cultural no continente africano influencia as relações de gênero, e em algumas sociedades, as comunidades têm sua base na matrilinearidade, ou seja, a descendência e a herança são transmitidas pela linhagem materna. As mulheres desempenham um papel central na continuidade da linhagem familiar e na organização social. A esse respeito, Oyěwúmi (2000, p. 4) destaca que: “Em grande parte da África, “esposa” é apenas uma palavra de seis letras [...]”. Assim, “ser esposa tende a funcionar mais como um papel, do que como uma identidade [...]”. E nesses arranjos, “em toda a África, a categoria geralmente traduzida como esposa não é o gênero específico, mas simboliza relações de subordinação entre quaisquer duas pessoas”.

A matrilinearidade não implica necessariamente numa inversão de papéis, desse modo, os homens podem ocupar posições de liderança. Em algumas comunidades guineenses, as mulheres, independentemente da liderança masculina, no papel do régulo⁵, conquistam uma posição de destaque, associada ao seu papel produtivo e social, seja no sustento familiar, seja na liderança comunitária. Configura-se como uma espécie de matriarcado, não sendo a estrutura definida pelas questões de gênero, mas sim pela contribuição coletiva, o que subverte as normas patriarcais coloniais. Em seus estudos, Diop (1974) faz menção à matrilinearidade salientando

⁵ Régulo é considerado um líder de uma determinada Tabanca (comunidade) que exerce a função de governança.

O aspecto da complementaridade na relação feminino-masculino em todas as áreas da vida dentro da organização social, não de maneira hierárquica, mas, [...] a mulher é reverenciada em seu papel como a mãe, que é a portadora da vida, a condutora para a regeneração espiritual dos antepassados, a portadora da cultura, e o centro da organização social (Diop, 1974, p. 301).

A relação homem-mulher, na África, também foi influenciada pelo modelo de educação praticado antes da chegada do colonizador, contribuindo para o empoderamento das mulheres nas sociedades africanas. O poder, em muitas sociedades africanas, se estabelece pelos conhecimentos adquiridos no decorrer da vida e pela capacidade de repassá-los aos mais jovens. Essa característica permite a preservação dos saberes tradicionais, além de perpetuar o respeito e a admiração dos mais jovens pelos mais velhos, desafiando paradigmas ocidentais de hierarquia. Em síntese, a relação entre homens e mulheres, nessas comunidades, é determinada pela experiência e sabedoria acumuladas ao longo da vida, rompendo com a lógica biológica de sexo imposta pelo colonialismo. Nesse sentido, Oyëwúmi (2017) destaca que o gênero, na África, não se fundamenta no sexo, mas no sistema de “Senioridad”, em que a hierarquia social depende da idade, geração e categoria social no contexto de liderança e respeitabilidade.

Gênero na Guiné-Bissau

Na Guiné-Bissau, cada um dos povos que compõem a rica variedade étnica tem suas especificidades no que diz respeito às relações homem-mulher. Os povos que sofreram menor interferência externa nas relações, seja pelo colonialismo, seja pela islamização⁶, mantiveram tais relações pouco alteradas, preservando os preceitos das tradições africanas.

Dentre os grupos étnicos que resistiram às influências do colonialismo e da islamização, destacam-se os Bijagós, que vivem longe da costa, no arquipélago de Bijagós, um conjunto com 88 ilhas. A sociedade Bijagó articula-se em forma de tabancas (aldeias), unidades políticas e econômicas de base que gozam de uma autonomia de decisão e de uma quase autossuficiência econômica.

⁶ Durante os séculos XIII e XIV, o território guineense sofreu grande influência da religião islâmica, antes da chegada dos portugueses e na instauração do colonialismo, dificultando a imposição da religião católica na Guiné-Bissau pelos colonizadores.

As mulheres Bijagós têm um papel de destaque nas relações estabelecidas em suas comunidades, influenciadas diretamente pela matrilinearidade. Neste modo de organização social, por mais que exista a presença dos régulos nas tabancas, há também a presença da rainha, mulher escolhida pela comunidade devido aos seus conhecimentos adquiridos, bem como por sua generosidade, sendo que

A rainha faz parte da nobreza muito reverenciada nas ilhas dos bijagós. Constitui-se pelo fato da matrilinearidade predominar nesta sociedade, pois todas as rainhas são escolhidas com base na geração dos donos da terra cuja predominância recai no lado materno desta geração. Também tem que ser a mulher de bom coração, cuja bondade e caridade é confirmada por todos na aldeia como sendo uma atitude desta. A coragem e a firmeza nas ações fundamentais das relações humanas se estendem como requisitos para a escolha. E sempre, tem que ser pessoa iniciada, cuja os saberes e conhecimentos são do seu domínio (Tubento, 2023, p. 33).

Nas demais regiões do país, que sofreram forte influência da colonização e ou da islamização, as relações entre homem e mulher foram perdendo as suas características originais de respeito mútuo e cooperação. Os europeus, cujas sociedades adotavam o sistema patriarcal, impuseram uma organização social baseada na descendência e herança pela linhagem masculina. A introdução do cristianismo também reforçou essa mudança, redefinindo as relações de gênero e marginalizando o papel das mulheres na sociedade guineense.

Apesar de ter sido colonizada pelos portugueses, a Guiné-Bissau nunca teve a religião cristã como a principal religião do país. A imposição da religião católica na Guiné-Bissau não foi bem aceita pela maior parte da população nativa, que já havia sido influenciada pela religião islâmica antes da chegada dos portugueses, mais precisamente entre os séculos XIII e XIV, com os árabes, que ocupavam o norte da África. Nos dias atuais, mesmo com a tentativa de uma cristianização por parte das igrejas evangélicas, a religião predominante na Guiné-Bissau (Quadro 1) é a islâmica, com 46,1%, seguida das religiões Tradicionais Africanas, com 30,6%. Apesar das investidas atuais, com projetos missionários, a religião cristã aparece com 18,9%, e os ateus somam 4,4%.

QUADRO 1: Religiões na Guiné-Bissau.

Censo	Islâmica	Africanas	Cristã
1979	35%	60%	5%
2009	45%	40%	15%
2019	46,1%	30,6%	18,9%

Fonte: Os autores (2024).

Os dados apresentados evidenciam a resistência dos grupos locais quanto à assimilação da religião católica, demonstrando que, mesmo com as duras tentativas impostas pelos colonizadores, tal condição levou o cristianismo a não ser incorporado pelos povos originais como religião a ser seguida/praticada. Seguir a religião islâmica não é sinônimo de inferiorizar a mulher nas relações sociais. Porém, na Guiné-Bissau, e em muitas nações do mundo, a condição de inferioridade da mulher está relacionada principalmente a uma mentalidade do sistema patriarcal, que estimula a leitura das escrituras sagradas a fim de legitimar as relações de dominação e inferiorização da mulher, com o uso da violência e da exclusão.

Projeto de reafrikanização: uma tentativa de ruptura com o patriarcado

Na década de 1960, dá-se início ao movimento de luta pela libertação do colonialismo português na Guiné-Bissau, liderado por Amílcar Cabral e pelo Partido Africano para Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC), que, além de conquistar a independência, tinha por objetivo a reafrikanização das mentes colonizadas. Neste processo de luta, o PAIGC possibilita a inserção da mulher no partido e, conseqüentemente, na luta pela libertação. Comentando a esse respeito, Gomes (2015, p. 171) explica que

O processo de independência foi bem sucedido graças ao suporte e a atuação popular por um lado, e a capacidade de liderança do PAIGC e de Amílcar Cabral, por outro. Nesse contexto, a contribuição das mulheres foi importante e permitiu alcançar objetivos em termos da organização das novas instituições nas áreas libertadas. As mulheres guineenses tiveram destaque em alguns domínios, tendo a componente feminina do movimento de libertação contribuído, de forma positiva, para a mudança de mentalidades sociais.

Durante o período de luta armada (1963-1973), a cada território reconquistado dos colonizadores, o PAIGC criava uma escola, denominada Escola das Zonas Libertadas (Figura 01). Dentre os objetivos desta iniciativa destaca-se: Alfabetização – levando em consideração que aproximadamente 98% da população era analfabeta; Reafricanização – incorporando conceitos africanos ligados à cultura; Política – buscando despertar consciência do que é o colonialismo, a opressão e a exploração em geral, além de incorporar temas como as questões de gênero, visando avançar quanto aos direitos de mulheres e crianças em um contexto em que a dominação patriarcal feudal e colonial estava entrelaçada, o que líderes do PAIGC, como Carmen Pereira, chamavam de “dois colonialismos”. A Figura 01 é ilustrativa a esse respeito.

FIGURA 01 - Presença das mulheres guineenses nas Escolas das Zonas Libertadas.



Fonte: Sonia Vaz, 2019.

A luta pela libertação trouxe mudanças profundas ao contexto guineense. O cenário educacional do país, nesse momento histórico, passou a ser marcado por centenas de crianças escolarizadas, independentemente do sexo. Tendo em conta as realidades locais, as mulheres ganharam destaque, tendo participado ativamente nos diversos programas educativos de implementação, como professoras e formadoras, em todas as regiões subtraídas ao domínio colonial, apesar de o seu papel ter sido limitado, fundamentalmente, aos âmbitos considerados “tipicamente femininos”, “[...] com atuação na área da educação, saúde, transporte e preparação de alimentos” (Gomes, 2015, p. 170). Neste sentido, a visão de gênero foi sustentada pelo movimento de libertação como condição essencial para uma efetiva emancipação da sociedade (Gomes, 2015).

Guiné-Bissau patriarcal: o reflexo da permanência da colonialidade

Com a conquista da independência, em 1973, a Guiné-Bissau não tinha quadros de profissionais para atender as demandas locais, ou seja, não existiam médicos, professores, engenheiros, dentre outras funções necessárias. Na tentativa de resolver essa situação, o novo governo guineense, buscou apoio internacional, recebendo recursos financeiros e fazendo acordos que possibilitaram a vinda de profissionais estrangeiros e a concessão de bolsas de estudo, visando a formação de profissionais no exterior. Entre os países que cooperaram destacam-se a antiga União Soviética, Cuba, Suécia, Brasil e Portugal.

Com a criação do Ministério da Educação Nacional da Guiné-Bissau, na década de 1970, e com um contingente de aproximadamente 90% de não alfabetizados, houve a necessidade do trabalho de professores, bem como o desenvolvimento de projetos de cooperação. Para isso, o governo guineense não dá prosseguimento ao projeto de Amílcar Cabral, acontecendo o fim gradativo das Escolas das Zonas Libertadas (EZL) e o início de um modelo de educação plasmado no modelo eurocêntrico, imposto pelas nações estrangeiras, como o modelo correto e mais evoluído, o modelo civilizador e moderno de educação.

O modelo de educação praticado segue os moldes eurocêntricos, com o resgate das práticas coloniais e o uso de metodologias tradicionais, aplicadas, em sua maioria, por professores homens. Tais decisões incorporam o que denominamos como uma Crença Pedagógica Colonial⁷, passando a compor o repertório dos professores guineenses como o correto e mais eficiente, levando-os a acreditar que, quanto mais rígido o professor, melhor ele é. Manifestando-se sobre este tema, Silva e Martins (2024, p. 4) afirmam que:

As práticas educacionais coloniais deixaram um legado duradouro, que continua a influenciar as práticas didático-pedagógicas dos professores guineenses. Durante o período colonial, o modelo educacional era projetado para servir aos interesses do governo português, enfatizando a assimilação dos valores, normas e língua portuguesa. Os professores assim, foram ensinados a valorizar e reproduzir os padrões culturais coloniais em suas práticas pedagógicas.

⁷ As Crenças Pedagógicas Coloniais representam um legado histórico enraizado nos modelos educacionais desenvolvidos em países que serviram como colônias de nações eurocêntricas. Estas Crenças, forjadas durante períodos de colonização, moldam as práticas educacionais/pedagógicas, bem como os discursos dominantes sobre a educação e o ensino na Guiné-Bissau na atualidade. Mesmo com a conquista da independência, ocorrida em 1973, a educação deste país da costa ocidental africana ainda está sob influência das marcas do colonialismo.

A Guiné-Bissau conquistou sua independência em 1973 e até o início da década de 1990 só existia um partido no país, o PAIGC. Em 1991 é instaurado o multipartidarismo, aumentando significativamente as disputas eleitorais e, conseqüentemente, a instabilidade política. O país passou por três golpes de Estado (em 1980, 2003 e 2012), e desde então, a instabilidade política no país é uma realidade que assombra o povo guineense, incidindo diretamente no enfraquecimento dos ministérios e das instituições, o que gera uma atmosfera de insegurança política, social e econômica. Tal instabilidade no campo educacional, que é interdependente aos demais campos sociais, é traduzida pela falta de políticas públicas e/ou descontinuidade delas, precarização da infraestrutura das escolas de ensino básico e superior, precarização da condição de trabalho dos professores, ausência de formação docente inicial e continuada de qualidade, dificuldade de universalização do ensino básico, impossibilidade de democratização do ensino superior, entre outros aspectos.

Conflitos internos, golpes de Estado e mudança constante dos cargos de chefia, somados à instabilidade econômica, promovem o aumento dos desvios de recursos destinados à educação, comprometendo, com já dito, a infraestrutura, o pagamento dos salários e a formação dos professores. Além disso, a falta de continuidade nos projetos governamentais impede a implementação eficaz de reformas educacionais e o desenvolvimento de currículos que atendam às necessidades locais. Essa situação agrava ainda mais as desigualdades sociais e regionais, afetando principalmente meninas e populações rurais, que enfrentam maiores barreiras para acessar a educação de qualidade em um ambiente politicamente instável.

As desigualdades no acesso à educação incidem bruscamente sobre a taxa de escolarização das meninas. Adentrando a realidade atual, segundo dados do Ministério da Educação Nacional da Guiné-Bissau (MENGB, 2021), apenas 75% das mulheres guineenses têm acesso à educação, e dessas, 48% concluíram o ensino básico. Os dados apresentados nos levam a buscar entender as barreiras sociais, culturais e econômicas que impedem um contingente significativo de meninas de acessarem e concluírem o ensino básico no país. Os fatores determinantes estão relacionados aos impactos do machismo estrutural, ao casamento precoce e a outros aspectos culturais.

O machismo estrutura todas as relações, hierarquizando os sujeitos e, conseqüentemente, o acesso a direitos subjetivos, como a educação. Desta feita, existe um fosso entre as oportunidades assacadas aos meninos e às meninas em idade escolar,

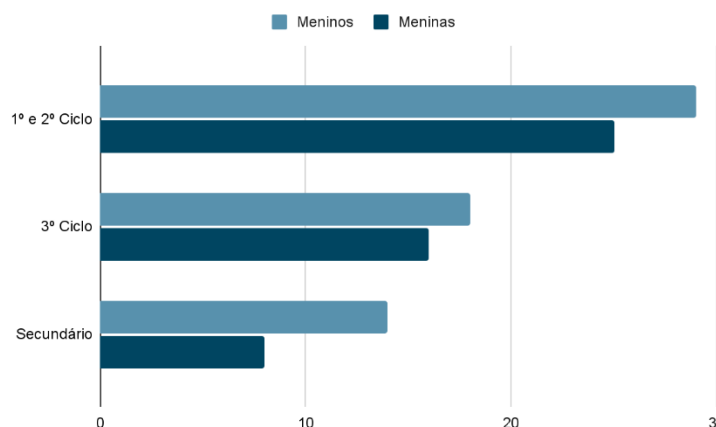
sendo negada às mulheres a possibilidade de escolarizar-se, já que isso lhes daria maiores chances de se tornarem autônomas quanto à produção da sua existência e, deste modo, de suas escolhas. Assim, a dissimulação do

[...] poder hegemônico do patriarcado nas relações sociais vigentes permite que o mesmo se efetive até na ausência do homem, uma vez que as mulheres, também, incorporam-no e o reproduzem, seja entre si ou na educação de seus filhos e filhas. Isso não ocorre devido à concordância ou à convivência consciente das mulheres, mas devido ao fato do patriarcado funcionar como um sistema regido pelo medo e embebido de ideologia, concretizado em uma sociedade permeada por relações de alienação (Cisne, 2015, p. 64).

Ao analisarmos os dados oficiais do governo guineense, é possível identificar que o índice de não alfabetizados é mais elevado entre as mulheres. O dado do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2019) aponta que 59,9% da população é alfabetizada, sendo que, dentro deste contingente, 71,8% são homens e apenas 48,3% são mulheres.

Os dados do INE (2019) apontam, ainda que, em média, 27% das crianças guineenses concluíram o primeiro (do 1º ao 4º ano de escolaridade) e segundo (5º e 6º ano de escolaridade) ciclo do ensino básico; 17% concluíram o terceiro ciclo (do 7º ao 9º ano de escolaridade) e apenas 11% concluíram o nível secundário (do 10º ao 12º ano de escolaridade). Ao analisarmos a questão do gênero no quadro de concluintes por etapa de ensino, fica evidente o preterimento das mulheres, conforme apresentado no Gráfico 1 abaixo:

GRÁFICO 1 - Taxa de concluintes por etapa de ensino.



Fonte: Os autores.

Fazendo menção ainda aos fatores que contribuem para essa realidade, vale destacar o Caju que é o principal produto da economia guineense. Em muitos setores (regiões), famílias inteiras trabalham na colheita do produto; os pais, visando aumentar a renda, exigem que seus filhos, crianças, meninos e meninas, abandonem o processo de escolarização e ajudem a colher o fruto. A falta de emprego e de oportunidades formais na Guiné-Bissau faz com que muitas famílias não vejam perspectivas na educação, já que a maior parte da população tem ocupação no emprego informal, especialmente na comercialização de produtos ou desenvolvendo a agricultura de subsistência, sendo crianças, adolescentes e jovens levados a colaborar nas atividades que fomentem recursos para a produção da existência.

Outro ponto importante que merece destaque é que a poligamia é legalizada e normalizada na Guiné-Bissau, não apenas para os adeptos da religião muçulmana, mas também para vários grupos étnicos guineenses. É comum o homem casar com várias mulheres e morarem todos na mesma casa; quando a primeira mulher vai ficando mais velha, busca uma menina mais nova para substituí-la na relação com o marido. Ainda existe, em muitos grupos, a prática dos casamentos acertados, ou seja, o pai negocia a sua filha com um homem, geralmente mais velho, que tenha melhores condições financeiras. Muitas meninas, quando entram na puberdade, são negociadas e/ou prometidas por seus pais e, ao se casarem, abandonam a escola, assumindo, agora, o papel de esposa ou de uma das esposas. Com base nesse tipo de organização social e familiar,

[...] as meninas e mulheres são as obedientes, cuidadoras, que trabalham duro e asseguram a ordem, sem jamais subvertê-la. Não é preciso pensar muito para saber que tal expectativa em relação às mulheres e meninas pode causar um tédio atroz, além de ser irreal, pois muitas mulheres não a seguem. Outras as seguem e, não raro, são infelizes por jamais saberem, por exemplo, quais são suas próprias necessidades e seus desejos (Daniela Auad, 2012, p. 35).

Dadas as condições presentes na Guiné-Bissau, a estruturação da sociedade patriarcal, como uma adesão ao modelo imposto durante o colonialismo, se justifica pelas marcas ainda existentes do colonialismo português e pelo processo de islamização sofrido.

Considerações finais

A partir da década de 1970 do século XX, os movimentos feministas ganharam força no mundo e, durante a Conferência Internacional da Mulher, na Cidade do México, em 1975, foi proclamado o Dia Internacional da Mulher (oito de março). Historicamente, a visão eurocêntrica foi sendo considerada como a balizadora da relação entre homem-mulher, uma relação que destaca o masculino como dominante, porém, essas interpretações não consideraram as relações existentes nas mais variadas culturas pelo mundo, mais especificamente, as do continente africano, com suas particularidades que devem ser consideradas.

Entretanto, a diversidade étnica, social, cultural e econômica no continente africano influencia as relações de gênero. A partir da década de 1980, ocorre a reorientação dos estudos no campo das ciências humanas e sociais, que passam a centrar as pesquisas nas desigualdades, tomando os indivíduos como objeto de estudo. Com a reorientação, a categoria “gênero” passa a ser utilizada para pensar em algumas sociedades. Neste sentido, a crítica feminista passa a integrar os estudos a partir da perspectiva decolonial.

Discutir questões de gênero em África e na Guiné-Bissau exige um redirecionamento do olhar na compreensão das especificidades, quanto à organização social, cultural, econômica, que atravessam as relações homem-mulher. De modo especial na Guiné-Bissau, país formado de 30 a 40 grupos étnicos, com especificidades nas relações de gênero, algumas comunidades são de base matrilinear, sendo a descendência e herança transmitidas pela linhagem materna. Além disso, nesses contextos socioculturais, as mulheres desempenham um papel central na continuidade. Tal característica foi silenciada e eliminada de boa parte dos povos que habitam o território guineense, havendo uma resistência no Arquipélago de Ilhas Bijagós, em que a ação de colonização teve menor penetração.

Com o colonialismo, o modelo patriarcal é introduzido, naturalizado e praticado, sendo que a islamização e o cristianismo intensificaram esse processo. As relações de gênero foram perdendo as características originais, pautadas no respeito mútuo e na cooperação. Como movimento (filosófico e de ação) de resistência, houve uma tentativa do PAIGC, que tinha como líder Amílcar Cabral, de reafirmar as mentes colonizadas, atuando diretamente no resgate não apenas da cultura, mas também das formas de

relações sociais. Para efetivação do projeto de reafricanização, eram implementadas as EZL em cada território reconquistado, subtraído das mãos ceifadoras colonizadoras.

Após a independência do país, em 1973, as EZL foram sendo extintas e as práticas coloniais retomadas, especialmente no contexto educacional, influenciando no acesso e na permanência das mulheres na escola, bem como nas práticas didático-pedagógicas dos professores guineenses. As influências desse processo fazem com que as mulheres sofram ainda hoje com as heranças do modelo patriarcal colonial, sendo que se configuram como maioria entre não alfabetizados no país. No contexto atual, fatores, como o casamento precoce, a gravidez na adolescência e a forte influência da islamização aprisionam o país no modelo patriarcal e afastam as mulheres da escolarização.

O patriarcado colonial, que estrutura as relações na Guiné-Bissau, na contemporaneidade, promove a limitação das mulheres nas áreas públicas, fortalecendo o controle masculino sobre as questões sociais e familiares, marginalizando as mulheres guineenses em várias áreas, como educação, política e economia, perpetuando o controle dos corpos femininos. Os golpes de estado, que geraram forte instabilidade política, social e econômica do país, contribuíram para a perpetuação do modelo patriarcal colonial, reprimindo a formulação de projetos de resistência.

Neste sentido, podemos afirmar que, apesar de conquistar a independência, a Guiné-Bissau não alcançou a liberdade de seu povo, carregando as marcas profundas da colonialidade. Com base nas tentativas de ruptura já formuladas no país, sobretudo pelo PAIGC, no decorrer do processo de luta pela libertação do colonialismo português, a partir das ideias e ações de Amílcar Cabral, há uma evidência de que um caminho possível é a reafricanização das mentes colonizadas, pautado no resgate dos modelos tradicionais africanos, nos quais mulheres e homens ocupam os espaços de destaque e liderança pelos conhecimentos adquiridos no decorrer da vida.

Referências

AUAD, Daniela. *Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola*. São Paulo: Contexto, 2012.

CISNE, Mirla. *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

DIOP, Cheikh Anta. *A Origem Africana Da Civilização: Mito ou Realidade*. Fevereiro/1974

GOMES, Patrícia G. *O estado da arte dos estudos de gênero na Guiné-Bissau: uma abordagem preliminar*. Outros tempos, vol. 12, n. 19, p. 168- 189, 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DA GUINÉ-BISSAU (INE). *Terceiro recenseamento geral da população e habitação de 2009*. Disponível em: https://stat-guinebissau.com/Menu_principal/IV_RGPH/rgph1/estado_estrutura_pop.pdf Acesso em: 18 set. 2024.

MAMA, Amina. Demythologising Gender in Development: Feminist Studies in African Contexts. *IDS Bulletin*, 35, 4: 121-124, 2024.

INSTITUTO TRICONTINENTAL A Educação Política para a Libertação na Guiné-Bissau entre 1963 e 1974. *Estudos sobre Libertação Nacional*, n. 1

OYÈWÚMÍ, Oyèronké. Family bonds/Conceptual Binds: African notes on Feminist Epistemologies. *Signs*, Vol. 25, No. 4, Feminisms at a Millennium (Summer, 2000), pp. 1093-1098.

OYÈWÚMÍ, Oyeronké. *La invención de las mujeres: una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género*. Tradução de Alejandro Montelongo González. Bogotá, Colombia: Editorial: en La Frontera, 2017.

SAMB, Fatime. Entre religião e Poligamia: uma leitura a partir do romance Une si longue lettre de Mariama Bâ. In: Gomes, Patrícia; Furtado, Cláudio (Org.). *Encontros e desencontros de lá e de cá do Atlântico: mulheres africanas e afro-brasileiras em perspectiva de gênero*. Salvador: EDUFBA, 2017.

TUBENTO, Medilanda Eliseu Amos. *Sistema de Matriarcado nos Arquipelagos dos Bijagos*. Orientador: Luis Tomas Domingos. 2023. 137 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa Associado de Pós-graduação em Antropologia FC/UNILAB, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Acarape/Fortaleza, 2023.

Vaz Borges, Sónia. *Militant Education, Liberation Struggle and Consciousness: The PAIGC Education in Guinea Bissau, 1963–1978*. Berlin: Peter Lang, 2019.

UNICEF. Guiné-Bissau Educação: Folha de dados da educação da Guiné-Bissau 2021. *Análise de aprendizagem e equidade através de dados MICS*. Fichas técnicas, 2021. Disponível em: <https://data.unicef.org/wp-content/uploads/2021/11/MICS-EAGLE-Guinea-Bissau-Education-Fact-Sheet-2021.pdf>. Acesso em: 10 set. 2024.

Recebido em outubro de 2024.

Aprovado em dezembro de 2024.